



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 299/2021

Referência: Processo nº 4.617/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 086, de 17 de novembro de 2021

Autor (a): Poder Executivo Municipal.

Assinado por: Antônia Eliene Liberato Dias.

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 086, de 17 de novembro de 2021, autoriza a doação, com encargos, de imóvel integrante do Patrimônio Municipal do Estado de Mato Grosso, para a finalidade que se especifica e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que autoriza a doação, com encargos, de imóvel integrante do Patrimônio Municipal do Estado de Mato Grosso, para a finalidade que se especifica e dá outras providências.

O presente projeto visa doar dois lotes pertencentes ao Município de Cáceres, ao Estado de Mato Grosso, para construção de uma escola estadual.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Com efeito a Lei Orgânica Municipal dispõe sobre os requisitos para doação de bem imóvel, senão vejamos:

“Art. 105. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, na forma da lei será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:187
(*Emenda nº 10 de 03/12/2003*)

a) doação, devendo, obrigatoriamente, constar no contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato e responsabilização de quem lhe deu causa.188 (*Emenda nº 10 de 03/12/2003*)”

Pela leitura do presente projeto de lei, verifica-se que foram preenchidos os requisitos acima referidos.

Os encargos ao Estado de Mato Grosso estão previstos no artigo 2º, e o art. 3º, o inacumprimento dos encargos previstos nesta Lei determinará a perda da doação do imóvel, com consequente reversão para o patrimônio do Município com todas as benfeitorias que a donatária tiver realizado, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial e sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento.

O laudo de avaliação foi encaminhado a esta Casa de Leis, sendo o Laudo nº 014/2021, realizado em 03/11/2021, e, o imóvel foi avaliado em **R\$ 236.110,00 (duzentos e trinta e seis mil, cento e dez reais).**

Segundo observado no laudo, os procedimentos técnicos empregados no presente laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1: 2011 E NBR 14653-2: 2011 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e os Cálculos de Avaliação para determinação dos valores elaborados foi feito com



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

base no Método Comparativo Direto, no entanto, a carência de amostragem de imóveis para venda exigiu que os valores fossem mensurados através do comparativo do valor de mercado de compra e venda, assim sendo, chegamos aos valores para venda com base no valor venal do imóvel.

O laudo de avaliação vem assinado por três profissionais da Prefeitura Municipal de Cáceres, quais sejam: **Thales Ávila Brito** Arquiteto – SMIL; **Gean Carlos Soares Militão** Engenheiro Civil – SMIL e **Marineide Weber** Fiscal de Obras e Posturas – SEFAZ.

Assim, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 086, de 17 de novembro de 2021.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 086, de 17 de novembro de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2021.


Manga Rosa
PRESIDENTE


Pastor Júnior
RELATOR


Valdenir Dutra
MEMBRO SUBSTITUTO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Parecer n.º 261/2021.

Assunto: Projeto de Lei n.º 86 de 17 de novembro de 2021.

Interessado: Prefeitura Municipal de Cáceres e Câmara Municipal de Cáceres.

Assinado pela: Prefeita, Eliene Liberato Dias.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n.º 086 de 17 de novembro de 2021, que autoriza a doação, com encargos, de imóvel integrante do Patrimônio Municipal ao ESTADO DE MATO GROSSO, para a finalidade que se especifica e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR

Neste momento analisamos o Projeto de Lei n.º 086 de 17 de novembro de 2021, que autoriza a doação, com encargos, de imóvel integrante do Patrimônio Municipal ao ESTADO DE MATO GROSSO, para a finalidade que se especifica e dá outras providências.

Primeiramente, o presente Projeto de Lei, é de competência da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, pois compete a esta opinar: sobre proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

Vejamos a fundamentação legal:

Artigo 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:

I – proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;

II – projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do município;

III – proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

pública, inclusive os assuntos de competência de outras
comissões;

(...)

O presente Projeto de Lei (PL) tem por finalidade efetuar a doação ao Estado de Mato Grosso, de dois lotes, contíguos (Área Verde 02, com uma área de terreno, de 6.889,27 m², Matrícula n° 46.119 do Cartório do R.G.I, e Equipamento Comunitário 03, com área de 9.472,84 m², Matrícula n° 46.124), localizados no Loteamento Residencial Jardim Universitário, cidade de Cáceres, conforme Croqui, anexo, para neles ser construída **uma escola estadual (Padrão Seduc), contendo 16 (dezesseis) salas de aula.**

O Município de Cáceres fora contemplado com o programa da Secretaria de Estado do Educação (SEDUC-MT), denominado Aprendizagem em Loco - Projeto Construção de Espaços Educacionais, cujo investimento do Estado, para construção de referida unidade escolar, corresponde ao valor total de R\$ 7.420.066,97 (sete milhões quatrocentos e vinte mil e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos), não sendo necessário dispêndio financeiro por parte do município, cabendo-nos, tão somente, realizar a doação do terreno, objeto do PL n.º 086/2021.

Frise-se que a escola estadual terá por público alvo alunos tanto da rede estadual quanto municipal de ensino, será construída em uma área populosa, vindo atender a demanda de uma gama de bairros e residenciais adjacentes, que por serem relativamente novos e mais distantes do centro, necessitam serem estruturados com uma ampla prestação de serviço público, sendo a Educação primordial, como bem sabem os nobres vereadores.

Para instrução deste, a fim de subsidiar a análise dos vereadores foi encaminharmos a seguinte documentação com as cópias apensas:

1. Croqui e matrículas das áreas;
2. Proposta n° 1960-2021, cadastrada junto ao SIGCon (Sistema de Gerenciamento de Convênios);
2. Parecer n° 306/2021 - PGM /ADM, da Procuradoria Geral do



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Município;

Considerando, que a proposição analisada irá contribuir com a educação de nossos jovens, e que esse PL está plenamente subsidiado com documentos necessários para doação do terreno, não vemos empecilho para a aprovação do projeto de Lei.

Portanto, após a exposição dos fundamentos de fato e direito, o relator, **Luiz Landim - (PV)**, baseando-se nos fundamentos acima citados, vota pela aprovação do Projeto de Lei nº 086 de 17 de novembro de 2021.

III - DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 086 de 17 de novembro de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2021.

Isaias Bezerra - (CIDADANIA)
PRESIDENTE

Luiz Landim - (PV)
RELATOR

Manga Rosa - (PSB)
MEMBRO